

Setor público reduzirá déficit em Cr\$ 1 trilhão

Da sucursal de
BRASÍLIA

O governo está determinado a reduzir em pelo menos Cr\$ 1 trilhão o déficit do setor público federal, que em 1982 foi estimado em Cr\$ 2,95 trilhões, considerando a conta consolidada dos orçamentos da União, monetário e das estatais. Com esse corte, a relação entre o déficit e o PIB, estimado em 5,7% este ano, deverá situar-se entre 2,5% e 3,0%.

Para obter essa redução, que terá impacto direto nas contas externas, eliminando importações de matérias-primas, máquinas e equipamentos destinados às empresas estatais e a seus projetos em desenvolvimento, o governo agirá sobre tudo no orçamento das estatais, que está sendo montado pela Sest.

A conta de resultado das empresas do governo, cujo déficit evoluiu de Cr\$ 1,694 trilhões em 1981 para uma estimativa otimista de Cr\$ 3.142 trilhões este ano, deverá sofrer forte pressão para retornar aos níveis do ano passado. A conta de resultados compreende a soma da poupança, e das receitas de capital, menos as despesas de capital, e a poupança é a comparação entre recursos correntes e despesas correntes.

Um dos mais importantes itens das despesas de capital é o investimento, fixado este ano pelo orçamento Sest em Cr\$ 2.866 trilhões, mas que facilmente ultrapassará os Cr\$ 3,0 trilhões. É neste item que incidirá o maior corte, o que provocará um retardamento de, no mínimo, um ano nos grandes projetos em andamento nos setores de siderurgia, transportes e hidroeletricidade. A intenção do ministro do Planejamento, Delfim Netto, é determinar uma redução de pelo menos US\$ 2,0 bilhões (aproximadamente Cr\$ 400 bilhões), nas importações líquidas das empresas estatais federais, obtendo, com a medida, a metade do superávit comercial que é necessário conseguir no próximo ano.

Este ano, o financiamento do déficit da conta de resultado das empresas estatais, de Cr\$ 3.142 trilhões, será em grande parte assumido pelo Tesouro, que destinará ao orçamento Sest nada menos de Cr\$ 1.456 trilhões, mais da terça parte do total da arrecadação federal.

Em 1983, de acordo com as afirmações do ministro do Planejamento, o quadro será bem diferente: a contribuição do orçamento fiscal para o orçamento das estatais será sensivelmente reduzida, destinando-se a maior parte dos recursos ao financiamento dos subsídios às exporta-

cões, que terão prioridade absoluta na estratégia de política econômica no próximo ano.

EMPRESAS INSENSÍVEIS

Apesar da manifesta disposição do governo de reduzir os dispêndios globais das estatais no próximo ano, afetando não só investimentos, como importações e despesas de custeio, as empresas continuam enviando à Sest propostas de orçamentos muito altos, como se o País estivesse em um "mar de rosas" e não existisse a crise mundial e a dramática situação do balanço de pagamentos.

As estatais vinculadas ao Ministério das Minas e Energia — Petrobrás, Eletrobrás, CVRD, Nuclebrás, Caeeb, CPRM, CNEN e Itaipu — encaminharam ao Ministério do Planejamento um orçamento de investimentos de Cr\$ 3,6 trilhões, correspondendo a um crescimento nominal de Cr\$ 2,0 trilhões em relação aos investimentos programados para este ano, de Cr\$ 1,6 trilhão.

Com exceção da Nuclebrás, que propôs para 1983 um nível de investimentos igual ao do ano passado — Cr\$ 109,320 bilhões —, todas as demais vinculadas mais do que duplicaram suas propostas. A Petrobrás pretende investir Cr\$ 1.475 trilhão, contra Cr\$ 559,767 bilhões previstos para este ano, enquanto a Eletrobrás, que investirá Cr\$ 329.869 bilhões em 1981, quer gastar Cr\$ 738.283 bilhões em 1983. A CPRM não fica atrás: contra Cr\$ 6.694 bilhões que pretende investir este ano, propõe Cr\$ 15.156 bilhões em 1983, e até Itaipu, que está em fase final de construção, devendo entrar em operação comercial no segundo semestre do próximo ano, deseja investir muito mais em 1983: Cr\$ 393.291 bilhões, comparados com Cr\$ 250.333 bilhões em 1982.

Tem-se como certo que o governo simbolicamente recusará essas propostas, e até mesmo a Petrobrás terá de apresentar uma justificativa convincente para obter os recursos solicitados, apesar dos resultados positivos que ela vem obtendo na produção petrolífera, tornando viável a meta de produzir 500 mil barris diários a partir de 1985.

Ao invés de mais dinheiro, o governo exigirá das suas empresas menos gastos com o custeio administrativo e mais produtividade, além de um rigoroso acompanhamento do cronograma físico-financeiro das obras, para evitar a autorização de serviços sem a prévia disponibilidade dos recursos. Além disso, não permitirá que seus serviços sejam reajustados acima da taxa inflacionária de 1983.